



## **AGROANTROPIA: BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL**

**PAULO SÉRGIO GUERREIRO<sup>1</sup>**

**RESUMO:** Este artigo introduz um novo conceito, a agroantropia e seus mecanismos de cultivo. O objetivo é apresentar, através dessa nova concepção, a lógica intrínseca da governamentalidade neoliberal. Pensando com a biopolítica de Michel Foucault, essa perspectiva se distancia das abordagens macro e microestruturais para propor uma investigação imanente, que articula sujeito e Estado-sociedade-população. Nesse sentido, a tecnologia do cultivo se apresenta em diferentes dimensões estabelecendo um circuito complexo de objetivação simultaneamente interna e externa ao sujeito. A análise desmonta a ficção naturalista atribuída ao pensamento liberal. Mais do que uma crítica à exploração do trabalho pelo capitalismo, a agroantropia revela a tecnologia específica, ativa e complexa de exploração estabelecida pelo neoliberalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroantropia; Biopolítica; Neoliberalismo; Sujeito; Foucault.

**ABSTRACT:** This article introduces a new concept, agroanthropy, and its mechanisms of cultivation. The objective is to present, through this new conception, the intrinsic logic of neoliberal governmentality. Thinking with Michel Foucault's biopolitics, this perspective distances itself from macro- and microstructural approaches to propose an immanent investigation that articulates the subject and the State-society-population triad. In this sense, the technology of cultivation presents itself in different dimensions, establishing a complex circuit of objectification that is simultaneously internal and external to the subject. The analysis deconstructs the naturalistic fiction attributed to liberal thought. More than a critique of the exploitation of labor by capitalism, agroanthropy reveals the specific, active, and complex technology of exploitation established by neoliberalism.

**KEYWORDS:** Agroanthropy; Biopolitics; Neoliberalism; Subject; Foucault.

Este artigo investiga a governamentalidade<sup>2</sup> neoliberal, apresentando a especificidade do seu funcionamento político e ético, cuja finalidade é a implementação e a manutenção da

---

<sup>1</sup> Professor colaborador no colegiado de filosofia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Doutorando em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: paulosergioguerreiro@hotmail.com.br.

<sup>2</sup> A governamentalidade em Foucault é um conceito nebuloso, que aparece principalmente nos cursos do *Collège de France* a partir de 1978. A primeira vez que é mencionado é no curso *Segurança, Território e População* e continua aparecendo no vocabulário do filósofo a partir de então. Considerando tanto os cursos do final da década de 70 quanto os cursos a partir de 80, podemos compreender a governamentalidade como a racionalização e a

economia de mercado. Através da introdução de um novo conceito, a agroantropia, o objetivo é revelar a lógica que fundamenta as tecnologias neoliberais de governo. A conexão entre agro - campo cultivável - e antropia – ação humana sobre o meio – aponta para um movimento circular, o estabelecimento de: um campo cultivável no qual o *homo* é um ativo; um autocultivo do próprio sujeito que se entende como ativo; uma reinserção dentro do campo cultivável daquilo que o sujeito produz ao se ver como ativo. Assim, minha hipótese é que a governamentalidade política - exercida pelos Estados, instituições e afins - e ética - exercida pelos próprios sujeitos – formula um circuito complexo de cultivo da economia de mercado.

Assim, a agroantropia é uma lógica de economização mercadológica que opera construindo condicionantes para a existência e o funcionamento do mercado. Neste texto, apresento através de três elementos investigados por Foucault – as ações reguladoras e ordenadoras, a teoria do capital humano e o novo *homo oeconomicus* – e em um fenômeno analisado e nomeado por Antunes – a uberização. Demonstro que nesses quatro objetos há uma mesma lógica de funcionamento: a economização mercadológica do *homo* e da *bios*, isto é, a inserção de dados econômicos em elementos até então compreendidos como não econômicos e a reinterpretação de dados já considerados econômicos para alinhá-los em prol da economia de mercado. Movimentos sofisticados que não agem apenas por coação, mas pela inserção da liberdade dentro das técnicas governamentais.

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa maior, a agroantropia é um conceito em desenvolvimento que vem sendo construído em uma tese de doutorado. Por esse motivo, este texto apresenta apenas alguns dos recortes histórico-conceituais presentes no projeto maior. Mesmo apresentada parcialmente, a agroantropia contribui para as discussões sobre o funcionamento do neoliberalismo, pois oferece uma ferramenta de análise que articula grandes e pequenas estruturas de poder e interpreta a liberdade sem recorrer às formas ontológicas moralizantes. Dessa forma, evita tanto as abordagens que consideram apenas as macroestruturas – Estados, instituições etc. – como as abordagens que observam apenas as microestruturas – sujeito e suas questões psicológicas. Assim, oferece uma ferramenta mais abrangente para se investigar a arte neoliberal de governar.

---

execução de estratégias para conduzir condutas. Estratégias articuladas em uma relação de imanência entre o campo político – das macroestruturas – e o campo ético – do sujeito e suas valorações. Ou seja, estratégias políticas que sempre se exercem conjuntamente às estratégias éticas e vice-versa. Essa relação de imanência é desenvolvida e explicada em um artigo de minha autoria intitulado *O Conceito de Governamentalidade em Foucault: uma Imanência* (GUERREIRO, 2026).

### Neoliberalismo e o Cultivo

A governamentalidade neoliberal desafia um dos consensos mais fundamentais entre os liberais clássicos, a saber, a ideia de que o mercado é uma extensão natural da essência humana. Em suma, o “que está em questão nesse neoliberalismo atual [...] é saber se, efetivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado” (FOUCAULT, 2008a, p. 159). Dessa forma, a preocupação fundamental dos neoliberais não é com a essência humana ou com a natureza. Na verdade, a grande questão para eles é: como estruturar no Estado uma rede que torne possível a existência e o fortalecimento do mercado? E conjuntamente a essa preocupação com o Estado, os neoliberais articulam outra preocupação: como estruturar no próprio sujeito essa mesma rede de fomentação do mercado? Esse questionamento, em dois eixos, ocorre porque o Estado não é uma essência anterior às sociedades e seus indivíduos, ele nasce com a governamentalidade (FOUCAULT, 2008b, p. 219) – uma racionalização de práticas exercidas sobre sociedades e indivíduos<sup>3</sup>. Desse modo, o dever-fazer do governo é o que determina o dever-ser do Estado (2008a, p. 6). Em outras palavras, a maneira como ele é governado define sua própria essência. Isso significa que o Estado não é mais do que sua governamentalidade manifesta, daí a preferência de Foucault em questionar os mecanismos concretos em vez de deduzir os universais (2008a, p. 5). Por fim, toda ação da economia sobre o Estado é uma pretensa ação governamental – pois determina seu modo de agir e conseqüentemente de ser - e toda ação governamental é precisamente uma ação sobre sociedades e sujeitos – pois é sobre eles que as ações governamentais buscam atuar. Por esse motivo, estabelecer uma economia de mercado exige a articulação dessas duas vias.

Em *1. A vontade de saber* Foucault recorre a Claude-Jacques Herbert para ilustrar o efeito econômico e político que a noção de população exerce na governamentalidade: “Os estados não se povoam conforme a progressão natural [...] mas em razão de sua indústria, de suas produções e [...] instituições [...] Os homens se multiplicam como as produções do solo e na medida das vantagens e dos recursos que encontram em seus trabalhos” (FOUCAULT, 2011, p. 28). Essa referência a Claude-Jacques Herbert sobre o cultivo é mais que uma ferramenta heurística sobre a biopolítica, revela um mecanismo central do neoliberalismo: a transformação das sociedades e subjetividades em recursos econômicos como complexo exercício de governo. Trata-se de um paradoxo, pois embora os liberais clássicos e os neoliberais tenham interpretações distintas sobre a natureza do mercado e do Estado, ambos convergem em

---

<sup>3</sup> Aqui, faço referência à governamentalidade política – racionalização de estratégias e ações que se estabelecem sobre o sujeito. Porém, não podemos perder de vista que, além disso, a governamentalidade também é ética – racionalização de estratégias e ações que o próprio sujeito produz sobre si mesmo.

reivindicar certa naturalidade para seus fundamentos. Entretanto, é com uma intensa atuação artificial sobre a materialidade que os projetos liberais são implementados. O neoliberalismo só é possível por meio de uma arquitetura sobre a realidade, com políticas ativas que promovem uma economização mercadológica do Estado, da vida, da sociedade e suas instituições e dos sujeitos. Este é o cerne do Colóquio Walter Lippmann<sup>4</sup> (FOUCAULT, 2008a, p. 182) e da política de ações na moldura pensadas no colóquio (FOUCAULT, 2008a, p. 187). Antes de tudo, é nesse sentido que percebemos a lógica do cultivo.

O cultivo é um processo ativo de intervenção na realidade. Caracteriza-se por um constante desenvolvimento de condicionantes para fins específicos, um processo de conversão de tudo aquilo que condiciona e que, com algum ajuste, pode passar a condicionar a implementação de uma estrutura, a favorecendo. Se as condições são conjuntos constituídos de elementos que geram efeitos específicos, o cultivo age em uma etapa anterior, condicionando a própria condição, isto é, transformando e reorganizando tudo aquilo que pode gerar efeitos. Neste movimento, aquilo que antes não era uma condição, pode começar a atuar como uma condicionante. Por exemplo, nas sociedades ocidentais até o século XVIII, a saúde da família era um assunto restrito ao ambiente intrafamiliar. Gradualmente foi inserida nos saberes do Estado e passou a ser objeto de governo político. Na medida em que o Estado integra entre suas finalidades a preservação da saúde da população, a família é reinterpretada. Se anteriormente ela era uma condição – organizada de uma maneira específica –, a lógica do cultivo a interpreta como uma condicionante de governo do Estado – exigindo sua reestruturação para que os interesses daqueles que governam prevaleçam. O cultivo é uma forma de governamentalidade cujo objetivo é atuar sobre condições diversas e rearticulá-las para que operem como condicionantes em prol de certas finalidades.

Essa perspectiva pode gerar apressadas objeções. Pensar em uma sociedade cultivada como uma agricultura ou indústria não decai em uma espécie de hipótese repressiva, reduzindo a complexidade das relações de poder às macro estruturas? Ou seja, essa ideia não nos leva a observar apenas as grandes estruturas - a economia, o Estado -, tratando o sujeito como mero efeito delas, negligenciando as maneiras sofisticadas pelas quais esse sujeito se relaciona com

---

<sup>4</sup> O Colóquio Walter Lippmann foi uma conferência de intelectuais realizada em Paris, em agosto de 1938, organizada pelo filósofo francês Louis Rougier. Após o declínio do interesse pelo liberalismo clássico nas décadas de 1920 e 1930, o encontro teve como propósito formular um novo liberalismo, em oposição simultânea ao coletivismo, ao socialismo e ao *laissez-faire* tradicional. O nome do colóquio homenageia o jornalista americano Walter Lippmann, cuja obra *The Good Society* serviu de ponto de partida para as discussões. Participaram vinte e seis intelectuais, entre eles alguns dos mais influentes pensadores liberais do período: o próprio Lippmann; os ordoliberais alemães Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow; e os representantes da Escola Austríaca Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, entre outros.

essas superestruturas? Desse modo, não recorre às críticas totalizantes sobre a instrumentalização da razão, já denunciadas pelas teorias críticas?<sup>5</sup> Essas questões se mostram precipitadas porque desconsideram o caráter imanente da lógica do cultivo. Supõem que quando anunciamos o macro, é sempre em detrimento do micro. Mas na realidade as ações governamentais são imanentes a ambos – eles se estabelecem simultaneamente na ordem social e subjetiva, nas macros e microestruturas, na política e na ética. Não se produz uma arquitetura sobre a realidade equacionando apenas as grandes estruturas de poder, pois elas sempre encontram os indivíduos. Os indivíduos não são apenas efeitos reativos dessas grandes estruturas, eles também produzem.

De certo modo, é no sentido inverso, mas igualmente apressado, que encontramos Byung-Chul Han e sua noção de psicopolítica. Este conceito aponta para o processo de psicologização do poder político, no qual as técnicas de exploração são totalmente internalizadas (2018), fazendo com que o próprio sujeito se autoexplora para si mesmo, mas há limitações nesse entendimento. O sul-coreano acerta quando afirma que o neoliberalismo funciona consumindo liberdades (2018, p.11) - tese defendida primeiro por Foucault (2008a, p. 86) – e também quando anuncia a decadência da figura do trabalhador no século XXI, efeito da passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro (2018, p. 14). Porém, é raso quando analisa a biopolítica e a exploração:

O problema, contudo, foi que permaneceu ligado tanto ao conceito de população quanto ao de biopolítica [...] No decorrer do curso dado no Collège de France, Foucault não menciona mais a biopolítica. Tampouco fala sobre o conceito de população. Aparentemente, ainda não lhe parecia claro que a biopolítica e a população, como categorias genuínas da sociedade disciplinar, não são adequadas para descrever o regime neoliberal. Logo, não realiza a virada para a *psicopolítica* que teria sido necessária. Em seu curso de 1978-9, portanto, Foucault chega à análise da biopolítica neoliberal (HAN, 2018, p. 37).

No entendimento de Han, o conceito de população e de biopolítica não aparecem com destaque em *Nascimento da Biopolítica* porque são insuficientes para explicar o neoliberalismo, algo que Foucault não teria percebido. Entretanto, essa suposta negligência é um efeito metodológico, exercido por uma filosofia que não admite discutir conceitos sem investigar suas

---

<sup>5</sup> Ao me referir às teorias críticas, estou apontando uma variedade de conceitos formulados por diferentes pensadores da *Escola de Frankfurt*, que convergem na percepção de que a razão é instrumentalizada pela ideologia. Dessa forma, as racionalidades seriam utilizadas como meios para atingir algum fim específico e o sujeito individual é reduzido àquilo que a dominação lhe impõe. Neste agrupamento se destacam Adorno, Horkheimer e Marcuse.

condições materiais, que não se permite analisar a biopolítica sem considerar o exercício do governo liberal. E ainda assim, na aula de 14 de fevereiro encontramos uma vasta discussão de como a população é tomada como objeto pelo ordoliberalismo. Embora de fato pareça que Foucault só tenha se dado conta da extensão dos seus objetos – liberalismo, ordoliberalismo e neoliberalismo – no meio do curso de 79, é por considerá-los rigorosas manifestações biopolíticas que o francês não muda de rota e aprofunda essa análise. Os recortes materiais constituem uma notável ausência em Han, ele não recorre à materialidade histórica, política ou econômica para justificar a insuficiência da biopolítica como ferramenta analítica do neoliberalismo. Além disso, o ensaísta considera que há uma cisão radical entre disciplina e biopolítica, não fica claro se essa é sua interpretação sobre Foucault ou uma crítica, contudo, como interpretação é infundada e como crítica é injustificada. Ora, já em *A vontade de Saber vol. 1*, mas também em *Segurança, Território, População*, encontramos o argumento de que o biopoder não dispensa, apenas reformula as técnicas disciplinares. Essa mesma argumentação surge na discussão sobre a governamentalidade liberal: “Liberdade econômica, liberalismo [...] e técnicas disciplinares: aqui também as duas coisas estão perfeitamente ligadas” (FOUCAULT, 2008a, p. 91). Portanto, a crítica sobre a passagem de uma técnica à outra exige uma fundamentação que não encontramos em Han.

Desse modo, o conceito de psicopolítica negligencia o sentido imanente do neoliberalismo, gerando um esvaziamento na percepção da exploração: “o neoliberalismo [...] elimina a exploração alheia da classe trabalhadora. Hoje, cada um é um *trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa*” (HAN, 2018, p.14). Afirmar que o neoliberalismo elimina a exploração exterior é ingênuo e insustentável. Se é verdade que o trabalhador explora a si mesmo como empresa, também é verdade que o *laissez-faire* neoliberal estabelece uma concorrência desequilibrada em que as grandes empresas cooptam a força de trabalho e exploram os trabalhadores-empresas. Este é o núcleo do movimento de pejetização no Brasil e dos trabalhos por aplicativo ao redor do mundo desde meados de 2010. A autoexploração não nega a exploração alheia, na realidade a ratifica. Afinal, o lucro gerado por um entregador do *ifood* não é transferido de um ponto para outro de sua mente, mas para os bolsos daqueles que detêm a big tech. Desse modo, essa técnica interna do cultivo - um autocultivo - estabelece a economização mercadológica de si por si, mas sempre em jogo com os concorrentes, extraindo de si para outrem, ou seja, é uma tecnologia simultaneamente interior e exterior. É essa tecnologia de cultivo que nomeio como agroantropia.

### A agroantropia nas ações reguladoras e ordenadoras

A agroantropia é, antes de tudo, uma lógica imanente da governamentalidade neoliberal que cultiva a economização mercadológica por meio de mecanismos sofisticados e multifacetados. Assim, este artigo busca se desviar destas duas limitações: analisar apenas o subjetivo e analisar apenas o social, o exterior. Ensejo questionar as macros e as microestruturas salvaguardando suas especificidades sem supervalorizar umas em detrimento das outras. Anunciar a economização ainda não diz o suficiente sobre a lógica agroantropia; é necessário observar alguns recortes mais específicos. Encontramos esses objetos na transição da governamentalidade liberal para a neoliberal em pelo menos três fenômenos já analisados por Foucault: as ações reguladoras e ordenadoras, a teoria do capital humano e o surgimento do novo *homo oeconomicus*. Na última década, na etapa mais consolidada do neoliberalismo – através das transformações sociotecnológicas –, um quarto fenômeno da agroantropia se destaca: o trabalho por aplicativo, o que vem sendo chamado de uberização.

Com base na ideia central do neoliberalismo de que a economia de mercado pode funcionar como princípio e limite do Estado (FOUCAULT, 2008a, p. 159), a insigne novidade das políticas ordoliberais no século XX pode ser compreendida por meio de três dimensões. Primeiro, o deslocamento do modelo do mercado das trocas do século XVIII para a concorrência (2008a, p. 160-161), motivado pelo entendimento de que as trocas geram valores pouco objetivos. Encontramos essa proposta em Mises:

A força motriz do processo de mercado não provém dos consumidores nem dos proprietários dos meios de produção – terra, bens de capital e trabalho –; provém dos empresários que inovam e especulam. São pessoas que buscam o lucro, tirando proveito das diferenças de preços (VON MISES, 2010, p. 390).

Dessa forma, compreende que as trocas funcionam produzindo valores demasiado subjetivos, sem critérios objetivos. Diferentemente, a concorrência estipularia uma mecânica de negociação por jogos de interesses, a qual produziria preços. Como efeito desse jogo, os preços garantiriam um mercado mais dinâmico, pois é um resultado observável das negociações e não de valores atribuídos pelo consumidor ou pelos proprietários dos meios de produção. Esta compreensão exige uma segunda dimensão, que o *laissez-faire* seja aplicado à concorrência, evitando a “ingenuidade naturalista” (2008a, p. 163). Essa percepção é paradoxal, pois compreende que o mercado e seus princípios não são puramente naturais, interpretam que é necessário um constante cultivo para que a livre concorrência seja exercida, evitando tendências mercadológicas como o monopólio, por exemplo. Assim, o “deixa fazer” não é um “deixe a

natureza agir”, como talvez diriam os liberais clássicos, mas um “deixe o jogo de interesses produzir”. Daí apresenta-se a terceira perspectiva: se a concorrência não é natural, se não é ontológica, é necessário que ela se materialize para que seja compreendida. Nesse sentido, o Estado deve zelar pelo *laissez-faire* da concorrência, observando e formulando ações de manutenção, mas sem intervir diretamente nas negociações.

Esses três fundamentos governamentais – concorrência em detrimento das trocas, *laissez-faire* aplicado à concorrência e necessidade de materialização do mercado antes de qualquer intervenção - são expressos pelos ordoliberais como aquilo que Walter Eucken chama de ações reguladoras e ordenadoras. Sobre as ações reguladoras, Foucault interpreta Eucken: “É necessário então, diz ele, intervir não nos mecanismos da economia de mercado, mas nas condições do mercado” (2008a, p. 190). Assim, o Estado não deve, em nenhuma hipótese, intervir nos mecanismos da economia de mercado, mas regular para que ela possa ser garantida. No que isso implica em termos práticos? O Estado pode agir de maneira comedida sobre os preços – mediante políticas de isenção ou redução de taxas e afins - para evitar certas tendências de mercado, como a redução de custos, a redução de lucros e as tendências pontuais ao aumento de lucro. Jamais deve atuar tabelando preços ou intervindo no mercado de trabalho, por exemplo (2008a, p. 190-191). Dessa forma, a lógica agroantrópica se apresenta nas ações reguladoras em dois sentidos, uma não intervenção nos mecanismos do mercado e uma constante ação sobre suas condições. São duas ações de cultivo: a não intervenção não é uma inação, na realidade é um conjunto constante de ações que se inserem nas legislações evitando políticas intervencionistas e proporcionando as condições ideais para que o mercado e seu jogo de interesses se estabeleçam. As ações ordenadoras apresentam com ainda mais clareza e radicalidade essa lógica:

O que são ações ordenadoras? Pois bem, [são], ações que têm por função intervir nas condições do mercado, mas nas condições mais fundamentais, mais estruturais, mais gerais [...] não se deve nunca esquecer o princípio de que o mercado é um regulador econômico e social geral, o que não quer dizer, entretanto, que ele é um dado natural que pode ser encontrado na base da sociedade. Ao contrário, ele constitui [...] uma espécie de mecanismo sutil muito seguro, mas se funcionar bem e se nada vier perturbá-lo. Por conseguinte, a preocupação principal e constante da intervenção governamental, fora desses momentos de conjuntura de que lhes falava há pouco, deve ser as condições de existência do mercado, isto é, o que os ordoliberais chamam de "moldura" (FOUCAULT, 2008a, p. 192).

A premissa geral das ações ordenadoras é que se deve atuar sobre aquilo que condiciona o mercado, mas diferentemente das ações reguladoras que operam sobre condicionantes estritamente mercadológicas – preços, taxas, custos e lucros –, a ordenação procede sobre condicionantes não mercadológicas que buscam possibilitar a existência do mercado. O cultivo aqui se estabelece através de ações sobre a população: controle demográfico, educação e preparo para uso de ferramentas e tecnologias que interessam ao mercado - como a manipulação das burocracias, das terras, da tecnologia da informação e afins (2008a, p. 193). É uma ação na moldura, isto é, nas condicionantes não econômicas do mercado, mas que paradoxalmente são transformadas em dados econômicos mercadológicos. Ou seja, o neoliberalismo não tenta conhecer os dados demográficos por eles próprios, mas pelos seus aspectos econômicos, ou melhor, através da conversão de dados não econômicos em econômicos. O mesmo acontece com a educação e uma análise aprofundada poderia encontrar essa lógica presente nas produções artísticas, nas sexualidades e em tantos outros recortes socioculturais. A questão que nos salta aos olhos é que o neoliberalismo cultiva o Estado e a população para-pelo o mercado. Mas os sujeitos também são cultivados pela mesma lógica.

### **Teoria do capital humano e o novo *homo oeconomicus***

As implicações “menores” da imanência agroantrópica ficam mais evidentes ao analisarmos a teoria do capital humano do neoliberalismo americano e o novo *homo oeconomicus*. Em *O sujeito e o Poder*, Foucault afirma: “os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. Porém, não constituem o ‘terminal’ dos mecanismos mais fundamentais” (1995, p. 236). Essa é a afirmação categórica da imanência entre as técnicas de objetivação do sujeito e o “sujeito mesmo”. Ora, o sujeito compreendido por si é sujeito-objeto tanto quanto o sujeito percebido como dominado ou controlado por alguém, as duas coisas estão em um jogo de confluências e rupturas. O sujeito está imerso neste jogo, não é um produto final dele. Desse modo, a sujeição –sujeito a alguém pelo controle e dependência – e a subjetivação – o sujeito preso à sua própria identidade (1995, p. 235) não são categorias ontologicamente distintas. Na realidade, são diferentes tipificações de objetivação do sujeito. É por isso que Foucault prefere a “analítica dos diferentes modos de subjetivação” (FERREIRA NETO, 2017, p. 19) em vez da abordagem ontológica, é por isso que a governamentalidade é o conceito chave da abordagem deste artigo, é por ela que perpassam os poderes, sejam eles internos ou externos. É com este entendimento que devemos analisar a teoria do capital humano e o novo sujeito *homo oeconomicus*.

Foucault analisa a teoria do capital humano de Becker, apontando sua atuação em dois processos. O primeiro é a “incursão da análise econômica num campo até então inexplorado” (2008a, p. 302). Desse modo, os neoliberais americanos buscam reinterpretar em termos econômicos aquilo que participa ativamente da economia, mas que teria sido ignorado pelos liberais clássicos, como o trabalho. Para eles o liberalismo clássico deixa lacunas consideráveis, pois não enfrenta duas categorias sobre o trabalho que consideram bastante abstratas: as ideias marxistas de tempo e de força produtiva (2008a, p. 305). Foucault atribui a Schultz e Becker a seguinte formulação: “no fundo, por que é que as pessoas trabalham? Trabalham, é claro, para ter um salário. Ora, o que é um salário? Um salário é simplesmente uma renda. [...] O que é uma renda? [...] Uma renda é simplesmente o produto ou o rendimento de um capital” (2008a, p. 308). Trata-se de uma tentativa de reinterpretar o trabalho através da confusão entre salário e renda, estabelecendo certa equidade entre o trabalhador da empresa e o empresário. Nessa interpretação é como se ambos produzissem renda. Assim, o trabalho não está alienado por uma força exterior, não é o tempo vendido e explorado por um terceiro, nem a força de produzir. No mesmo sentido, o salário não é um meio pelo qual o empresário explora o trabalho alheio e obtém renda. Perde-se qualquer distinção profunda entre o trabalhador e o empresário, ambos são vistos como empresários de si que produzem a mesma coisa: renda. Assim, os neoliberais desestabilizam o conceito de alienação.

O segundo processo do capital humano é uma consequência do primeiro: “a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico” (2008a, p. 302). Isso desencadeia uma série de consequências sobre as políticas de sociedade, todas centradas na percepção de que as atividades humanas contribuem ou prejudicam o desenvolvimento do capital humano, quaisquer que sejam elas e independentemente de em quais instituições se concentrem. Neste cenário o tempo da família se torna investimento em capital humano, o filho é visto como uma renda futura, de certo modo, como aponta Foucault ao analisar Jean-Luc Migué, a família é percebida como empresa (2008a, p. 336). A família, criminalidade, saúde, educação, todos os elementos da vida social são transformados em dados que interferem no capital humano. Este é o efeito mais geral da governamentalidade neoliberal pela lógica agroantrópica. A economização mercadológica da vida, porém, não é um processo simples e impositivo.

Ao encontro desses dois processos, a teoria do capital humano também reorganiza os próprios sujeitos pelo aspecto econômico. Essa reestruturação se apresenta na maneira como os

neoliberais reinterpretam o *homo oeconomicus* - o sujeito econômico – do liberalismo clássico. Entre os liberais clássicos, o *homo oeconomicus* era compreendido como o sujeito cujo consumo se estabelece pelas trocas. Troca-se uma quantidade específica de dinheiro por determinados produtos (2008a, p. 309). Mas o capital humano repensa a noção de troca, compreendendo que, quando o sujeito compra, ele não apenas troca dinheiro por produto, mas produz a própria satisfação (2008a, p. 309). Satisfazer-se significa atender suas próprias demandas: produzir a própria saúde, lazer, educação etc. Assim, o sujeito é visto como uma empresa que produz satisfação pessoal e faz isso consumindo aquilo que é produzido por outras empresas – os serviços privados de saúde, o turismo, as escolas e similares. A teoria do capital humano generaliza o conceito de empresa (2008a, p. 331), dessa forma a lógica da concorrência é inserida nas mais variadas e corriqueiras formas de relações sociais e subjetivas. Os neoliberais não interpretam as populações como conjuntos de indivíduos ou cidadãos, mas como empresas que concorrem entre si consumindo e produzindo.

Em síntese, o que encontramos no caso das ações reguladoras e ordenadoras da teoria do capital humano e do novo *homo oeconomicus* é uma forma específica de cultivo, a da economização. As ações reguladoras rearticulam a lógica do trabalho, salário, tempo, renda e similares enquanto as ordenadoras reinterpretam aquilo que antes era compreendido como não econômico – a demografia, a educação, a saúde. Ao encontro disso, a teoria do capital humano repensa esses mesmos elementos, mas vai além, reformulando a família e o próprio sujeito. Em todos estes exemplos encontramos um cultivo de economização mercadológica: a transformação de condições até então percebidas como não econômicas em condicionantes econômicas. Em um sentido político-ético, trata-se da transmutação no próprio sentido de *bios*, pois os mais importantes, senão todos os aspectos da vida humana, começam a integrar a lógica da economia de mercado. Se na biopolítica que ascende no século XVIII os Estados tinham como finalidade a promoção da saúde da população, a partir do século XX os neoliberais recolocam a saúde como uma questão de mercado. Dessa forma, compreendem que é a lógica do *laissez faire* que deve coordenar os assuntos de saúde – assim, as instituições de saúde exigem concorrência mercadológica, a ciência médica é submetida a essa estrutura. Ora, quem são os agentes que concorrem no *laissez faire*? As empresas. Portanto, ou as empresas ocupam diretamente as atribuições relacionadas à saúde ou os Estados passam a agir como empresas. Trata-se de uma transformação no sentido da *bios*, a população deixa de funcionar como um ativo do Estado e atua como um ativo do mercado. Nesse processo de economização, a *bios* até

pode ser compreendida como vida/saúde, mas é preenchida com um significado econômico mercadológico, a vida é entendida como um ativo do mercado.

### O sujeito agroantrópico

Michel Feher é quem mais se aproximou da abordagem que imprimo neste artigo, O que há de vultoso em sua análise é a ideia - mesmo que implícita e pouco explorada - de que a teoria do capital humano não reduz o sujeito à economia, ao menos é o que podemos inferir quando explica a percepção sobre a valorização e a desvalorização:

Há, por assim dizer, muitas maneiras e muitas razões para se valorizar e se desvalorizar: se esses dois termos devem ser entendidos tanto em suas significações financeira e estético-psicológica, é preciso reconhecer que a primeira não é na realidade senão uma modalidade da segunda e, portanto, que é esta última que deve ser considerada como o alvo do capital humano (tradução própria) (FEHER, 2007, p. 16).

Nessa interpretação percebemos dois sentidos para a valorização e desvalorização: aquela que é baseada no financeiro, ou seja, em que mais ou menos valor equivale a mais ou menos dinheiro, mas também a técnica mais complexa de valoração, o sentido estético-psicológico, isto é, as diferentes maneiras pelas quais o sujeito interpreta o maior e o menor valor. Embora Feher mencione esse sentido psicológico, ele não desenvolve a ideia. Também não encontramos esse objeto em Foucault. Entretanto, este é o caráter produtivo da governamentalidade agroantrópica. Trata-se da incorporação de “ganhos” imateriais - como satisfação, prestígio, autoestima - na contabilidade do capital humano. Também integra a “perda” imaterial, como culpa, frustração, perda de *status* etc. Sob essa ótica, a condição estritamente financeira – tributos que paga, quantidade de dinheiro que detém, propriedades, poder de compra e afins - é o ponto de partida para uma interpretação psicológica, promovida por cada indivíduo sobre sua condição. Em outras palavras, ter mais ou menos dinheiro é uma situação objetiva do sujeito que desenvolve signos sobre essa situação. É claro que essa interpretação é desenvolvida em jogo com as macroestruturas, o indivíduo se valora diante da experiência política e social. Por isso, não é difícil imaginar que usar certas marcas, frequentar lugares específicos e estabelecer determinadas relações de hierarquia podem significar mais *status* social para muitas pessoas. Embora isso seja verdade, a estetização é o processo também interno no qual o sujeito converte esses signos de consumo e prestígio em uma métrica de

valorização pessoal. Assim, o aspecto financeiro está diluído dentro de uma lógica de valoração subjetiva.

Embora o sentido financeiro seja internalizado pelo estético-psicológico, é exatamente por ele que a governamentalidade neoliberal opera. O sujeito se vê como portador de anseios de consumo que o dinheiro lhe permite satisfazer – alimentação, saúde, educação, lazer, laços, sucesso, sabedoria, *status* etc -, desse modo, se vê economizado. Todas essas necessidades e desejos são integradas à economia como investimentos em capital humano. E este movimento gera valores subjetivos: se alimentar não tem apenas um custo financeiro, mas um significado particular para o indivíduo. O sujeito caminha do sentido financeiro para o estético-psicológico, organiza todos os aspectos não financeiros de sua vida a partir da lógica financeira. Isso gera duas grandes consequências: a primeira é que o neoliberalismo governa por meio de uma técnica econômico-mercadológica carregada de signos não econômico-mercadológicos e, conjuntamente, essa governamentalidade se incorpora ativamente aos aspectos psicológicos. Os neoliberais:

Passam [...] para o lado do sujeito individual, mas [...] nem por isso derramam nele um saber psicológico, um conteúdo antropológico, assim como, ao falar do trabalho do ponto de vista do trabalhador, não faziam uma antropologia do trabalho. Só passam para o lado do sujeito na medida em que [...] se pode tomá-lo pelo viés, pelo aspecto [...] econômico. Só se toma o sujeito como *homo oeconomicus*, o que não quer dizer que o sujeito por inteiro seja considerado *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2008a, p. 345).

Isso significa que a governamentalidade neoliberal não se relaciona com o sujeito através de questões antropológicas e essa é a mecânica da agroantropia – se outrora descobrir a verdadeira essência do *homo* era uma meta incansável, incluindo compreender sua natureza, sua liberdade, etc -. A governamentalidade neoliberal concentra-se estritamente em aspectos econômicos do *homo*, isto é, o governo busca compreender a psiquê somente na medida em que ela se relaciona com a realidade econômico-mercadológica. Desse modo, transformado em empresa, o *homo* é analisado através de suas condições de produção e consumo. Em termos práticos, isso significa que os governantes buscam compreender como os indivíduos transformados em empresários de si mesmos reagem às práticas governamentais, isso representa um distanciamento do liberalismo clássico. A liberdade em Locke, o interesse em Smith e tantos outros ideais liberais dizem respeito à natureza do *homo* e, a partir dessa preocupação com a essência, constroem seus pensamentos políticos. Todavia, os neoliberais não se preocupam com a essência do *homo*, não buscam desenvolver um saber estritamente

antropológico, compreendendo o *homo* em todas as suas possíveis dimensões psicológicas e biológicas. Os neoliberais se concentram sobre o aspecto econômico do *homo* – o *oeconomicus* –, negligenciando ou submetendo à lógica mercadológica todas essas possíveis nuances. Em suma, as técnicas neoliberais de governo supõem que as pessoas são equivalentes às empresas, assim, o *homo* é rearticulado por signos econômico-mercadológicos.

Portanto, a agroantropia cultiva uma transformação antropológica através da economização mercadológica do *homo*, é um movimento complexo que não pode ser interpretado apenas como uma redução do sujeito à relação de consumo. A escola de Frankfurt nos oferece ferramentas críticas poderosas para compreender a dominação capitalista. Adorno e Horkheimer (1985) demonstram que as técnicas de produção de cultura são absorvidas pelo capitalismo, assim, o esquematismo – estrutura que conceitua o sensível – é transferido do sujeito para a indústria. Marcuse (1973) nos explica que no capitalismo as individualidades são mecanizadas, direcionando os indivíduos para uma relação unidimensional, de consumo. Entre nuances, os três sociólogos convergem: o poder instrumentaliza os indivíduos, condenando-os a uma relação de consumo - o sujeito está submetido a um poder externo e sua liberdade é anulada. Entretanto, essa abordagem é insuficiente para explicar as especificidades das técnicas de exploração do neoliberalismo, pois ignora o aspecto produtivo dos indivíduos. Os neoliberais compreendem que a atividade de consumo é também um tipo de produção – da satisfação individual do *homo* empresa –, desse modo, inserem a liberdade na relação de exploração.

É neste jogo entre liberdade e exploração que o sujeito agroantrópico funciona, ele é o objeto de manejo da governamentalidade neoliberal, isto é, o sujeito tal como é compreendido pelas estratégias políticas neoliberais nos Estados, mercados, instituições diversas etc. – uma forma de saber; e também o objeto de si mesmo em relação com essas estratégias externas, ou seja, a maneira como os próprios indivíduos se entendem e conduzem a si mesmos a partir das estratégias neoliberais que tentam lhe dominar. O sujeito agroantrópico interage de forma reativa quando aceita ou rejeita os saberes e estratégias neoliberais, mas também de forma produtiva, quando interpreta à sua maneira esses saberes e estratégias. Em termos práticos, é reativo quando diz sim ou não para a ideia de que ele é uma empresa, por exemplo. Mas também é produtivo, quando desenvolve sua própria interpretação sobre a ideia de ser uma empresa - “sou uma empresa, então eu devo...”. Sendo menos literal, o sujeito agroantrópico se vê economizado quando pensa: “sou o(a) pai/mãe da família, preciso oferecer conforto, saúde e educação aos filhos e isso custa dinheiro”. Nesse caso, a paternidade e a maternidade são pensadas em termos econômico-mercadológicos. Ser pai ou mãe significa lidar com certos

custos, fazer investimentos e obter lucro. Todavia, nota-se que isso não anula a interpretação de que ser pai ou mãe significa ser progenitor(a) de um outro humano, oferecer afeto, construir uma instituição familiar etc., mas todos esses signos subjetivos estão atravessados pelo sentido mercadológico. Portanto, a liberdade é uma condicionante da agroantropia, o sujeito neoliberal não é coagido para se adequar às finalidades específicas dos governantes, ele se vê economizado e desenvolve formas singulares de autogoverno. O sujeito se objetiva como *homo* econômico e passa a organizar livremente sua subjetividade através dessa identificação, ele se entende empresa, age como tal e desenvolve formas de autoexploração para alimentar seu eu economizado. Ou seja, o indivíduo se autocultiva pela economia mercadológica, não é um simples efeito dela. Assim, a liberdade pode ser utilizada para resistir à exploração e produzir formas diferentes de vida – se constituir como um sujeito singular escapando da lógica agroantrópica. Entretanto, também pode ser a maneira pela qual o sujeito se autoexplora, exercendo simultaneamente uma exploração externa – para as grandes empresas, por exemplo.

Assim, o sujeito agroantrópico não é um simples efeito da dominação, é uma técnica subjetiva de condução de si, por meio de estratégias, ações e signos desenvolvidos pelo próprio sujeito para se conduzir a partir da interação com os dados economizados. Não se trata da simples internalização das tecnologias exteriores, pois isso implicaria em um sujeito que age da maneira determinada por essas tecnologias. A relação é mais complexa, o sujeito agroantrópico desenvolve suas próprias estratégias de autocultivo, nem sempre alinhadas aos objetivos dos governantes. Por outro lado, os governantes, surpreendidos por essas novidades, atuam sobre elas, as implementando em suas estratégias. Dessa forma, a governamentalidade neoliberal está sempre aberta – tenta antever as reações dos sujeitos e implementar aquilo que o sujeito oferece de novo. A rigor, o sujeito agroantrópico é um objeto-objetivante: um objeto para os Estados e instituições que buscam o governar e para si próprio, pois tenta governar a si mesmo; objetivante, pois ele é interpretado como condicionante de governo pelos Estados e instituições e por ele próprio. Em outras palavras, Estados, instituições etc. desenvolvem estratégias e ações econômico-mercadológicas para governar o sujeito. O próprio sujeito também desenvolve suas estratégias e ações pelo mesmo viés econômico-mercadológico para se autogovernar. A governamentalidade agroantrópica é o encontro dessas duas tecnologias que vão se transformando mutuamente. Os Estados legislam, proíbem certas atividades, incentivam outras, punem de maneiras determinadas, exercem violência, delimitam espaços. etc. Assim, exercem uma atividade constante sobre os indivíduos. Os sujeitos votam, desenvolvem valores específicos, agem uns sobre os outros com violência, reagem às forças institucionais, produzem

arte etc. Assim, agem sobre a governamentalidade política. A agroantropia é o cultivo de economização mercadológica presente nas estratégias desenvolvidas dentro de todos estes meios. Em última instância, o que demonstro é que a agroantropia é uma lógica de governamentalidade política e ética. O sujeito agroantropico opera como catalisador dessa governamentalidade. Trata-se de um circuito, ele é sujeito que se vende e que consome<sup>6</sup>: vendendo e consumindo se produz e age na produção de outros, ao mesmo tempo em que é produzido por outros como sujeito a se produzir e produzir outros pela-para venda e consumo<sup>7</sup>. Desse modo, a vida, a política, a psiquê são tornadas econômicas, mas paradoxalmente não negam os aspectos não econômicos da vida, da política e da psiquê, o que fazem é transformá-las em condicionantes da economia de mercado.

Portanto, a agroantropia é uma lógica de funcionamento da governamentalidade neoliberal – em dois eixos, o político e o ético - que se inscreve através da racionalização de estratégias e ações tanto nos Estados, instituições e afins quanto nos sujeitos. Um processo de economização mercadológica que rearticula os sentidos da *bios* e do *homo*, os transformando em condicionantes para o funcionamento da economia de mercado. Uma transformação dos signos antropológicos pelos econômico-mercadológicos. Um incansável e aberto cultivo que permite a inserção constante de novas estratégias, desenvolvendo Estados, instituições e sujeitos adaptados e fomentadores da lógica de mercado. A agroantropia não é um fim nem um meio, é o constante movimento de implementação da economização mercadológica que transforma as macro e microestruturas de poder em catalisadores da governamentalidade neoliberal. Seu objetivo principal é estruturar uma rede complexa de elementos que atuem na produção e manutenção da economia de mercado.

### **Agroantropia e a uberização do trabalho no Brasil**

O termo uberização se popularizou através de Ricardo Antunes. Em 2020, o brasileiro organizou o livro de artigos *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. Nessa obra, a uberização é definida como:

---

<sup>6</sup> Nesse contexto, entendo por consumo a relação de compra dos ativos disponíveis nas prateleiras da economia de mercado, sejam produtos formais ou todas as categorias negociadas como produtos, como a própria força produtiva. Nesse sentido, a força produtiva é explorada como mercadoria consumida por aquele que pode comprar.

<sup>7</sup> Todo este funcionamento complexo se estabelece através das relações financeiras que impactam aspectos não financeiros. Ou seja, a exterioridade da compra da mão de obra, da exploração e da dominação continua atuando, mas menos como finalidade e mais como uma amarração capilarizada do poder. A compra da mão de obra está difusa em meio à negociação entre empresários de si. As grandes empresas estão difusas na imagem do empresário de si.

[...] um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração de trabalho. [...] A terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram, então, partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global. (ANTUNES, 2020, p. 9)

Nesta interpretação, a uberização se estabelece por três mecanismos: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade, gerando uma aparência de prestação de serviços e escondendo as relações de exploração. Assim como Brown, ao aproximar a “empreendedorização” à “desmassificação” (2019, p. 50), a tese de Antunes aponta para certo fenômeno individualizante: as negociações se concentram no campo do sujeito-empresa e a relação explorador-explorado fica submersa. Nesse sentido já está claro que essa submersão dos mecanismos não pode ser interpretada como a negação da exploração alheia, mas também não pode ser compreendida como um simples ocultamento dos mecanismos de exploração. Primeiro porque, ao menos no Brasil, embora se estabeleça de maneira complexa, a autoexploração não é invisibilizada. Ao contrário, é superestimada, torna-se um valor cultivado pelo sujeito agroantrópico: o discurso empreendedor e meritocrático cultiva valores que transitam do financeiro para o estético-psicológico, defende que o indivíduo deve se esforçar sempre mais, que este esforço será recompensado com renda. O esforço é o signo da autoexploração a ser absorvido pelos sujeitos. Segundo e mais importante, porque de fato toda essa reconfiguração não é a simples manutenção das antigas relações de exploração. O autocultivo estabelece uma novidade específica do neoliberalismo: a reinterpretção do mercado de trabalho e consequentemente o desenvolvimento da tecnologia de exploração.

Como demonstrado ao longo deste artigo, o cultivo não é uma ferramenta exterior, na qual os grandes empresários, por engenho, estabelecem amarras aos sujeitos. É uma tecnologia exterior, cuja governamentalidade é absorvida e produzida também pelo sujeito. Desse modo, uma das grandes novidades tecnológicas do neoliberalismo é a tomada do mercado da livre concorrência como mercado de trabalho. Nessa percepção não há divisão entre um e outro, ou seja, em tese o que os trabalhadores objetivados como empresas precisam não é de leis trabalhistas que regulem o salário, a jornada de trabalho, as férias e os encargos, mas de *laissez-faire*.

Em pelo menos quatro elementos da reforma trabalhista (lei nº 13.467) podemos observar o estabelecimento dos princípios do *laissez-faire*, resignificando as leis trabalhistas através das leis da concorrência: o trabalho intermitente, a garantia dos acordos com força de

lei, a terceirização irrestrita e o enfraquecimento dos sindicatos. Primeiro, o trabalho intermitente: o art. 443 prevê: “O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.” (BRASIL, 2017). Assim, a relação de trabalho pode ser estabelecida por períodos específicos e sem vínculo permanente. Desse modo, a empresa pode contratar os serviços do empregado de si sob demandas específicas. O § 3º garante que essa aplicação seja realizada a todos os trabalhadores, exceto os aeronautas. Segundo, a garantia de acordos se sobrepondo às leis: no art. 611-A e 661-B há o estabelecimento de regras que estipulam o negociado sobre o legislado, ou seja, os acordos coletivos passam a ter valor de lei desde que respeitem as regras estipuladas pelas definições legais. Este dispositivo garante a primazia da liberdade de negociação no mercado de trabalho. Terceiro, a terceirização irrestrita: o art. 4º-A da lei nº 6.019 alterada pela lei nº 13.467 define: “Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal” (BRASIL, 2017). Desse modo, se antes apenas as atividades meio poderiam ser terceirizadas, este dispositivo expande a terceirização para atividades fim, ou seja, para a atividade principal da empresa. Na prática, trabalhadores realizam suas atividades em uma instituição, mas mantêm os vínculos trabalhistas com outra. Desse modo, a relação empresa-trabalhador se torna menos direta, dificultando a identificação e organização de classe. Quarto, o enfraquecimento dos sindicatos: a reforma trabalhista, através do art. 578 e art. 579, derruba a obrigatoriedade da contribuição sindical (BRASIL, 2017). Através da redução da capacidade financeira e descrédito, essa medida enfraquece o movimento sindical, a organização e autoidentificação de cada categoria.

O trabalho uberizado dispensa todas essas normativas, pois as empresas demandantes sequer reconhecem a formalidade de seus trabalhadores. O que se estabelece no trabalho por aplicativo são os princípios do *laissez-faire*: a empresa faz sua oferta de compra através dos termos e condições do próprio aplicativo. Porém, o empregado de si não pode oferecer contra propostas, ele apenas aceita ou recusa a oferta, não há negociação. O preço de compra é estabelecido através do controle pelo monopólio. As empresas demandantes estabeleceram esses monopólios e aumentos de lucro porque seu mercado é relativamente novo – menos de duas décadas – e as regulações ainda são precárias. Desse modo, pode ser que os próximos passos dos governos neoliberais seja o de estabelecer políticas de cultivo do *laissez-faire* para estabilizar o jogo de interesses. Essas formas de regulações e ordenações estabelecem princípios antimonopólios, garantindo a livre concorrência, mas por ignorar a complexidade do

trabalhador-empresário de si contribuem para a exploração. Isso ocorre porque ao estabelecer princípios de livre concorrência, os legisladores objetivam o trabalhador-empresário de si como mais uma empresa negociando interesses. Entretanto, estes princípios ignoram que as grandes empresas impõem suas condições através da disparidade financeira. Dessa forma, o trabalhador de si é impossibilitado de negociar o valor da sua própria mão de obra, é incapacitado de negociar até mesmo as condições da prestação de seu serviço. Ou seja, a empresa de aplicativo pode até permitir que o empresário de si estabeleça sua própria carga horária, porém a pressão para obter uma renda maior faz com que ele exerça uma autoexploração, trabalhando por mais tempo. Essa autoexploração atende à exploração alheia na medida em que o mercado de trabalho é confundido com o mercado da concorrência, pois ignora todas as necessidades intervencionistas que um trabalhador necessita para se relacionar com a empresa contratante.

Assim, a capilaridade dessa tecnologia de cultivo só é possível porque se estabelece também no campo subjetivo. O sujeito agroantropico se objetiva como empresário de si, objetiva as grandes empresas e as pessoas também como empresários e assim, passa a lutar não pelos direitos trabalhistas, mas pelo *laissez-faire* no mercado de trabalho. Uma pesquisa publicada pela Genial/Quaest demonstra que quase metade (47%) da população brasileira não se posiciona contrariamente à reforma trabalhista do governo Temer (ANDES-SN, 2022). Esse dado revela que, embora haja uma resistência, parte significativa da sociedade assume as pautas de cultivo do *laissez-faire* como suas. Desse modo, governam a si governando outros.

Portanto, toda essa transformação se estabelece através do cultivo da economização mercadológica no trabalho, exercendo a inserção econômica em dados não necessariamente econômicos. Este é o caráter concreto da rearticulação antropológica que está ao centro da governamentalidade neoliberal. O cultivo estabelece uma tecnologia interna e externa de reinterpretação dos dados econômicos, inserção dos dados econômicos nos não econômicos e o impacto profundo em tudo que continua não sendo econômico. A agroantropia é a lógica mais bruta da governamentalidade neoliberal, é o nó que se desenrola em toda a rede subjetiva e social.

### **Considerações finais**

A investigação aqui empreendida demonstra que a agroantropia é uma lógica imanente da governamentalidade neoliberal. Através do conceito de cultivo, revelou-se um mecanismo de intervenção ativa na realidade que opera simultaneamente nas macro e microestruturas, articulando o Estado, a sociedade e o sujeito. Esse circuito complexo estabelece a economização

mercadológica da *bios* e do *homo*, transformando elementos anteriormente compreendidos como não econômicos em condicionantes fundamentais para o funcionamento da economia de mercado.

A análise das ações reguladoras e ordenadoras evidenciou como o Estado é cultivado para zelar pela materialização da concorrência, agindo sobre as condições de existência do mercado através de uma "ação na moldura". Conjuntamente, a teoria do capital humano e o novo *homo oeconomicus* reestruturam o sujeito como uma empresa de si que produz a própria satisfação. Nesse cenário, a subjetivação agroantrópica promove um autocultivo no qual a liberdade não é anulada, mas inserida na própria tecnologia de exploração. O sujeito se vê economizado e organiza sua subjetividade através de signos de valorização estético-psicológica, estabelecendo uma autoexploração que ratifica e alimenta a exploração alheia.

O fenômeno da uberização materializa a face mais bruta dessa lógica. Ao confundir o mercado de trabalho com o mercado da livre concorrência, a governamentalidade neoliberal implementa os princípios do *laissez-faire* que desprotegem o trabalhador-empresário de si diante da disparidade financeira das grandes empresas. A agroantropia, portanto, não se apresenta como um fim, mas como o movimento incansável de implementação de uma rede complexa de produção e manutenção do mercado.

Esta ferramenta analítica permite investigar a arte de governar sem recorrer a formas ontológicas moralizantes, interpretando a liberdade como uma condicionante ativa da exploração neoliberal. Em suma, a lógica agroantrópica rearticula os sentidos da vida e da política, transformando-os em catalisadores da racionalidade mercadológica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANDES-SN. Pesquisa revela que 53% da população brasileira é contra a reforma trabalhista. *ANDES-SN*, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/pesquisa-revela-que-53-da-populacao-brasileira-e-contra-a-reforma-trabalhista1>. Acesso em: 10 set. 2024.

ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/13467.htm). Acesso em: 10 set. 2024.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

FEHER, M. S'apprécier, ou les aspirations du capital humain. In: *Raisons politiques*. Paris, n. 28, p. 11-31, 2007.

FERREIRA NETO, J. L. A analítica da subjetivação em Michel Foucault. In: *Polis e Psique*. Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 7-25, 2017.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUERREIRO, Paulo Sérgio. O conceito de governamentalidade em Foucault: uma imanência. *Trágica: estudos de filosofia da imanência*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/tragica/article/view/71826>. Acesso em: 4 abr. 2026.

HAN, B.-C. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Rio de Janeiro: Âyiné, 2018.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Tradução de Giasone Rebuá. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VON MISES, L. *Ação humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.